

DA TRADUÇÃO COMO AMORTECIMENTO

Lenita Rimoli Esteves

Em situações muito tensas e conflituosas, tradutores, intérpretes e mediadores em geral são algumas vezes levados a suavizar os termos, ou o tom, ou qualquer outro aspecto de uma mensagem, por vários motivos. Algumas acepções do verbo “amortecer” em português são: tornar dormente; adormecer; entorpecer; ou ainda reduzir a intensidade de, perder intensidade; abrandar; afrouxar; enfraquecer; e também “acalmar; moderar [paixão, sentimento etc.]” (Houaiss, 2001).

A interpretação é um campo em que esse ato de amortecer acontece com frequência, porque em situações de interpretação pode haver muitos elementos que contribuem para criar a possibilidade de um choque iminente. Entretanto, autores de traduções escritas muitas vezes também se veem por algum motivo levados a suavizar a rudeza de algumas palavras, usar cores menos vibrantes ao criarem um “quadro típico” de determinada cultura, ou até neutralizarem atitudes exaltadas de uma ou mais partes.

Nessas situações, traduzir adequadamente significa muito mais do que traduzir com precisão ou ser fiel a um texto original. Em termos bem gerais, uma tradução adequada seria aquela que não agitasse ou estimulasse sentimentos de intolerância que pudessem levar a algum resultado violento. Também está em jogo o *status* profissional do tradutor, que, além de tentar não agravar uma situação tensa, está sendo julgado por sua competência, imparcialidade, neutralidade e honestidade.

Mas o que realmente significa ser “neutro” nessas situações de conflito? Se a relação entre as partes é desigual, será que o tradutor deveria de alguma maneira tentar compensar essa desigualdade ou perpetuá-la? O tradutor tem o direito de interferir diretamente na situação, agindo como um defensor da parte mais fraca? Será possível para os tradutores não serem guiados por seus sentimentos, no caso de eles terem opiniões categóricas sobre algum aspecto relacionado àquela situação específica?

Se as partes envolvidas precisam de um tradutor, isso provavelmente acontece porque elas não entendem a língua uma da outra, embora esse não seja sempre o caso. Não

saber a língua da outra parte pode muitas vezes significar que uma das partes é um “hóspede” — desejado ou não — na cultura da outra parte. Em tribunais, por exemplo, um réu pode ocupar uma situação incômoda e difícil se as nações envolvidas têm uma relação turbulenta. Além de estar longe de casa, esse réu teria a desvantagem adicional de não saber a língua local, o que atrapalha em grande medida a comunicação com pessoas e a compreensão do que está acontecendo.

Em vários tipos de interpretação comunitária, as coisas podem ser igualmente complicadas. Na área de saúde, por exemplo, a pessoa que precisa de um tradutor também precisa de assistência médica, e provavelmente está sentindo algum tipo de dor ou desconforto. Além do mais, pode haver grandes diferenças culturais, relacionadas a padrões morais, religiosos e políticos divergentes.

Em vez de apenas tentar imaginar como se comporta o tradutor nessas situações difíceis, é mais proveitoso investigar normas, guias de conduta ou códigos de ética que consideram pelo menos algumas dessas situações e estabelecem modos de lidar com elas. Um exemplo são os *National Standards of Practice for Interpreters in Health Care*, publicados pelo American National Council of Interpreting in Health Care (numa tradução aproximada, *Normas Nacionais de Prática para Intérpretes na Área de Saúde*, publicados pelo Conselho Norte-Americano de Interpretação na Área de Saúde). O propósito das normas é “fornecer as diretrizes necessárias para melhorar o treinamento de intérpretes na área de saúde, ajudando a aumentar a qualidade e consistência da interpretação na área de saúde” (2005: 2).¹

São 32 normas, organizadas em nove itens. Em cada item existe um objetivo estabelecido que supostamente será atingido por meio da prática ou atitude indicada. Também há exemplos, a fim de tornar o entendimento mais fácil. Os nove itens não causam surpresa a ninguém: Precisão, Confidencialidade, Imparcialidade, Respeito, Consciência Cultural, Limites do Papel, Profissionalismo, Desenvolvimento Profissional e Defesa. Uma olhada rápida neles já mostra que as normas se concentram nos clientes (Precisão, Confidencialidade, Imparcialidade, Respeito, Consciência Cultural), mas também contemplam os profissionais e sua integridade (Limites do Papel) e o *status* da profissão em

¹ “[...] provide the necessary guideposts for improving the training of health care interpreters, helping to raise the quality and consistency of interpreting in health care.” Quando não houver indicação específica, as traduções deste trabalho são de minha autoria.

termos gerais (Profissionalismo, Desenvolvimento Profissional). O último item enfatiza o direito de interferir se uma das partes corre perigo ou sofre abusos. Portanto, à primeira vista, constatamos que até mesmo nesse código de comportamento profissional a imparcialidade e o distanciamento ficam restritos.

Uma análise mais detalhada de algumas normas poderá ajudar aqueles que não estão diretamente relacionados a esse ramo profissional a ver como algumas situações difíceis são administradas, respondendo assim a alguns questionamentos feitos no início deste trabalho:

1. O intérprete traduz todas as mensagens de forma precisa e completa, sem fazer acréscimos, omissões ou substituições.²
2. O intérprete reproduz o registro, o estilo e o tom do falante.³
3. O intérprete adverte as partes de que tudo o que foi dito será traduzido.⁴ (p. 5)

Essas três normas, que estão sob o item “Precisão”, têm como objetivo a “transparência” por parte dos intérpretes. Todos devem traduzir tudo o que é ouvido de todas as partes com toda a precisão possível, e isso inclui tom, registro e estilo. Obedecer ao terceiro parâmetro implica, até certo ponto, advertir as partes de que elas são totalmente responsáveis pelo que dizem e também pelo modo como o dizem. Alguém poder-se-ia pensar se essa necessidade de corroborar a transparência não é um sintoma da própria impossibilidade dela. A presença do intérprete e seu papel de mediador já atestam, em si mesmos, uma situação “opaca”.⁵ Isso pode ser facilmente percebido se lermos o parâmetro 12, no item “Respeito”, que declara que “o intérprete promove a comunicação direta entre todas as partes no encontro.”⁶ O exemplo oferecido é “um intérprete pode dizer ao paciente e ao profissional de saúde que se dirijam um ao outro, e não ao intérprete” (p. 5).⁷ De fato,

² “1. The interpreter renders all the messages accurately and completely, without adding, omitting, or substituting.”

³ “2. The interpreter replicates the register, style and tone of the speaker.”

⁴ “3. The interpreter advises parties that everything said will be interpreted.”

⁵ Como bem coloca Kate Sturge, a Etnografia é um outro campo em que a ilusão de transparência e literalidade é destruída desde o princípio: “(...) a tradução etnográfica enfrenta palavras “cruas” que flutuam ao redor das bocas e ouvidos de quem as produziu. De imediato a opção ilusória de “literalidade” desaparece e ganha destaque a tarefa de interpretar e ordenar” (1997:22) — [“(...) ethnographic translation is faced with ‘raw’ works hovering around the mouths and ears that produced them. Immediately the illusory option of ‘literalness’ disappears and the ordering, interpretive task comes to the fore”].

⁶ “The interpreter promotes direct communication among all parties in the encounter.”

⁷ “The interpreter may tell the patient and provider to address each other, rather than the interpreter.”

como observa Ian Mason, essa transparência é apenas um ideal que desmorona à medida que o processo de interpretação se desenrola:

A farsa da invisibilidade do intérprete não pode, entretanto, ser sustentada. Embora interrogatórios ou qualquer sessão de perguntas e respostas possam, parte do tempo, se desenrolar como se o intérprete não fosse nada além de um dispositivo mecânico que auxilia uma troca bidirecional entre interlocutores principais, muitos estudos documentam as várias maneiras em que a atenção é inevitavelmente desviada para a presença do intérprete. Entre elas estão a correção dos erros cometidos pelo intérprete por outros participantes bilíngues na troca (Morris, 1995: 33-34), testemunhas destreinadas e extremamente nervosas que persistem em se dirigir ao intérprete de forma direta em vez de dirigir todas as suas respostas ao juiz ou advogado que lhe fez uma pergunta (Berk-Seligson 1988), agentes da imigração ou da polícia que dirigem ao intérprete observações que eles não desejam que sejam traduzidas (Wandnjö, 1992: 238-39) e outras testemunhas no tribunal que, sob extrema pressão, revoltam-se contra o intérprete que traduziu uma pergunta ameaçadora formulada por um advogado de acusação (Harris, 1981: 198). (Mason, 1999: 151).⁸

Embora essa discussão sobre a lacuna que se instaura entre códigos de conduta e o que acontece concretamente na prática seja frutífera, ela não será estendida aqui, já que não é o principal objetivo deste trabalho. Continuemos com a análise de algumas das normas. As normas 9 e 10, no item “Imparcialidade” respondem de alguma forma à pergunta feita anteriormente: “Será possível para um tradutor não ser guiado por seus sentimentos se ele tem opiniões categóricas sobre algum aspecto relacionado exatamente àquela situação?:

9. O intérprete não deve permitir que julgamentos pessoais ou valores culturais influenciem a objetividade.⁹
10. O intérprete deve revelar potenciais conflitos de interesse, recusando o trabalho caso se faça necessário.¹⁰

⁸ “The pretence of the interpreter’s invisibility cannot, however, be sustained. Whereas cross-examination or any question-and-answer session may for part of the time proceed as if the interpreter were no more than a mechanical device assisting a two-way exchange between primary interlocutors, many studies document the multiple ways in which attention is inevitably drawn to the interpreter’s presence. These include correction of interpreter’s errors by other bilingual participants in the exchange (Morris 1995: 33-34), untrained and very nervous witnesses who persist in addressing the interpreter directly instead of addressing all their answers to the judge or attorney who has asked them a question (Berk-Seligson 1988), officials such as immigration or police officers who address remarks to the interpreter which they do not intend them to translate (Wandnjö 1992: 238-39), and other courtroom witnesses who, under extreme pressure, turn on the interpreter who has relayed a threatening questioning posed by a prosecuting lawyer (Harris 1981: 198).”

⁹ “9. The interpreter does not allow personal judgements or cultural values to influence objectivity.”

¹⁰ “10. The interpreter discloses potential conflicts of interest, withdrawing from assignments if necessary.”

De acordo com essas normas, os intérpretes devem idealmente não demonstrar emoções ou opiniões pessoais, além de recusar trabalhos que provavelmente possam forçá-los a se envolver pessoalmente na situação. Supondo-se que os intérpretes obedeam a essa norma, situações extremas podem, na maioria das vezes, ser evitadas. As normas do item “Limites do Papel” também se destinam a definir claramente uma função para os intérpretes na situação de trabalho. Elas estabelecem que os intérpretes devem agir apenas e estritamente como intérpretes. Mesmo no caso de intérpretes que são também profissionais de saúde, eles devem limitar sua função à de intérprete. Além disso, os intérpretes não devem revelar às partes informações pessoais nem oferecer a elas qualquer tipo de aconselhamento (p. 8).

Nos itens “Profissionalismo” e “Desenvolvimento Profissional”, encontram-se várias recomendações sobre o *status* social da profissão e o profissionalismo do intérprete. Há também instruções sobre como estabelecer um relacionamento respeitoso com colegas de profissão, filiar-se a organizações profissionais e participar em atividades que contribuam para o desenvolvimento da profissão (p. 9-10). As duas últimas normas são as mais interessantes para nossa discussão aqui. Elas estão no item “Defesa” e estabelecem que:

31. O intérprete pode se manifestar para proteger um indivíduo de ser gravemente prejudicado.¹¹
32. O intérprete pode advogar em nome de uma parte ou grupo para corrigir maus tratos ou abusos.¹²

“Gravemente prejudicado” é exemplificado por uma alergia grave que foi ignorada e pode levar a pessoa a óbito. “Maus-tratos e abusos” são vagamente explicados como “alguma forma de desrespeito”. Nesses dois casos, o intérprete pode intervir para proteger os pacientes (p. 10). Obviamente, isso implica deixar de ser imparcial ou transparente, mesmo nos termos do código de conduta. E isso significa que, mesmo em uma série de normas de boas práticas que se baseia em condições ideais, está prevista uma intervenção no caso de “tratamento injusto”. Este trabalho enfoca exatamente esses casos que são

¹¹ “31. The interpreter may speak out to protect an individual from serious harm.”

¹² “32. The interpreter may advocate on behalf of a party or group to correct mistreatment or abuse.”

extremos, nos quais a intervenção do tradutor, intérprete ou mediador é bem-vinda e até mesmo esperada, já que poderá evitar um dano maior.

A mídia, os muçulmanos e o mundo

Mona Baker publicou um artigo sobre uma entrevista concedida em 1990 por Saddam Hussein, então presidente do Iraque, a Trevor McDonald, um jornalista e apresentador britânico de TV bastante conhecido, para a ITN, rede de televisão britânica. De acordo com Baker (1997: 112), a entrevista foi gravada ao vivo em Bagdá e transmitida para 3,5 milhões de espectadores na Grã-Bretanha e mais milhões de pessoas em todo o mundo, que a viram em retransmissão ou em partes selecionadas.

Além de Trevor McDonald e de Saddam Hussein, participaram da entrevista o intérprete principal e um segundo intérprete, que esteve presente todo o tempo, mas fez poucas intervenções. O entrevistador fazia suas perguntas em inglês, e elas não precisavam ser traduzidas para o árabe, já que “Hussein entende inglês sem maiores problemas” (p. 112). Como Hussein se recusava a responder às perguntas em inglês, foi requisitado um intérprete.

A ocupação iraquiana do Kuwait havia causado uma reação instantânea em todo o mundo. Os países que a ela se opunham estavam à beira de declarar uma guerra — autorizada pela ONU — contra o Iraque, caso Saddam Hussein se recusasse a retirar suas tropas. Por esses motivos, o encontro foi especialmente tenso, e embora Hussein e McDonald tenham sido corteses um com o outro, a hostilidade entre eles ficava óbvia. Nessa situação difícil, sendo observado por ambas as partes e por todo o público, o intérprete escolheu a estratégia da tradução literal, que consistia em focar principalmente o significado das palavras em seus vários aspectos.¹³ Em uma tentativa de cobrir todas as nuances semânticas de determinadas palavras, o intérprete fez uso de vários sinônimos, como pode ser visto na passagem a seguir:

Vamos... é melhor... Devemos escolher ou tomar ou adotar um único critério ou um único padrão (p. 116).¹⁴

¹³ Fazendo essa escolha, o intérprete abriu mão da recomendação de traduzir não só as palavras, mas também o registro, o estilo e o tom.

¹⁴ “Let us... we must rather... we must choose or take or adopt a single criterion or a single standard.”

Uma atitude suspeita de ambas as partes também contribuiu para essa estratégia de interpretação. Antes do início da entrevista, preocupado porque ia traduzir para uma língua que não era a sua língua materna, o intérprete se aproximou de McDonald e perguntou se ele usaria algum termo “complicado”. McDonald disse que usaria a palavra *disembowel* (*eviscerar*), no contexto das atrocidades que, de acordo com alguns relatos, estavam acontecendo ou tinham acontecido no Kuwait. Alarmado, o intérprete perguntou ao entrevistador se ele realmente ia mencionar essas coisas ao presidente. McDonald, que já estava irritado por uma série de procedimentos de segurança aos quais tinha sido submetido antes da entrevista, e naquele momento considerando o intérprete quase como um aliado de Hussein, respondeu nestes termos:

Vou sim, e se eu suspeitar por algum motivo que você não está traduzindo o que estou dizendo corretamente, vou fazer o gesto sobre minha barriga para fazer o presidente entender (p. 122).¹⁵

Saddam Hussein, por sua vez, não tornou as coisas fáceis para o intérprete. Por também ser iraquiano, o intérprete provavelmente queria dar a Hussein a impressão de que estava do seu lado (p. 118), mas mesmo assim o presidente questionou, em alguns momentos, a capacidade desse profissional para desempenhar sua tarefa (p. 117), e corrigiu sua tradução da mensagem para o inglês (p. 121). Temendo a possibilidade de dar uma interpretação errada ou parcial da mensagem, o intérprete algumas vezes saía de seu papel e interrompia Hussein para se explicar a McDonald (p. 118) ou perguntar a Hussein se ele tinha entendido determinada palavra (p. 123). Na opinião de Baker, sua interpretação foi fiel, honesta e literal.

A estratégia do intérprete acabou amortecendo o modo como a mensagem foi comunicada. Talvez as duas alterações mais importantes da fala de Hussein tenham sido o próprio modo de ele falar e um certo solapamento de seu sarcasmo. Como aponta Baker, a preocupação do intérprete em transmitir o exato significado de palavras lexicais¹⁶ o forçou a algumas vezes usar vários sinônimos de palavras com significados sobrepostos para

¹⁵ “Yes I will, and if I suspect for any reason that you are not conveying what I’m saying accurately, I will draw the relevant sign across my own stomach to make the President understand.”

¹⁶ “Palavras lexicais”, nesse contexto, se opõem a “palavras gramaticais”, essas últimas sendo consideradas apenas como instrumentos para o funcionamento da língua, ao passo que as primeiras têm uma função referencial.

traduzir apenas uma palavra da mensagem em árabe — as palavras sendo ligadas por *ou* — e o efeito foi o de um discurso hesitante — o que não caracteriza a fala de Hussein. Segundo Baker, “Saddam fala de forma muito lúcida” (p. 117).¹⁷

Bem no início da entrevista, McDonald perguntou a Hussein se ele levou a sério a ameaça feita por Margareth Thatcher de obrigá-lo a pagar uma indenização pelos danos causados no Kuwait. Como colocou Baker, o intérprete traduziu as palavras de Hussein literalmente, quase palavra por palavra:

De qualquer forma [In any case], quando a Sra. Thatcher diz qualquer coisa com essa seriedade, devemos sem dúvida levá-la a sério (p. 115).¹⁸

Baker continuou sua análise:

A expressão “de qualquer forma” [in any case] tem uma força muito diferente em árabe, nesse contexto. Tem a força de algo como o *Oh well*, em inglês, ou seja, “Ah, claro,¹⁹ se a Sra. Thatcher diz algo com essa seriedade, devemos sem dúvida levá-la a sério”. Saddam está claramente sendo sarcástico nesse caso, e o sarcasmo não é transmitido em inglês por causa da tradução literal da expressão e por causa do tom sério adotado pelo intérprete, que está visivelmente tenso (p. 115-6).²⁰

Na visão de Baker:

Alguns espectadores britânicos que não têm acesso à língua árabe e assistiram à entrevista pensaram que Saddam era incoerente e paranóico. Qualquer um que tenha ouvido Saddam falar em árabe, nessa e em outras ocasiões, sabe que ele está longe de ser incoerente e que, independentemente do que ele pensa de suas políticas, ele é um orador bastante persuasivo e habilidoso (p. 124).²¹

¹⁷ “Saddam is a very lucid speaker.”

¹⁸ “In any case, when Mrs Thatcher says anything like this seriously then of course it has to be taken seriously.”

¹⁹ Talvez em português não haja uma expressão que especificamente dê conta desse tom irônico. Provavelmente, em nossa língua, a ironia seria transmitida muito mais pelo tom de voz do que por qualquer expressão específica.

²⁰ “The phrase ‘in any case’ has quite a different force in Arabic, in this context. It has the force of something like the ironic *Oh well* in English, i. e. “Oh well, if Mrs Thatcher says anything like this seriously then we’ll have to take her seriously’. Saddam is clearly being sarcastic in this instance, and the sarcasm does not come across in English because of the literal rendering of the conjunction and because of the serious tone adopted by the interpreter, who is clearly tense.”

²¹ “Some British viewers who have no access to Arabic and who watched this interview thought that Saddam was incoherent and paranoid. Anyone who has listened to Saddam speak in Arabic, on this or other occasions, will know that he is far from being incoherent and that, irrespective of what he thinks of his policies, he is a very persuasive speaker and a skilled orator.”

Baker está claramente preocupada com a criação ou o reforço de estereótipos culturais. Ela conclui seu artigo afirmando que esse tipo de interação, que ela denomina de “interpretação política” (*political interpreting*), merece ser pesquisada mais a fundo, de modo que o desempenho do intérprete nesses contextos possa ser aperfeiçoado.

Preocupação semelhante é expressa por Susan Bassnett quando ela chama atenção para a necessidade de mais pesquisas sobre um gênero que ela chama de “tradução de notícias”, que é específico e em alguns casos pode ser bastante delicado. Bassnett observa que muitas características desse tipo de interação justificam um estudo mais amplo e aprofundado, que leve em consideração a especificidade da tradução de notícias e o contexto em que ela ocorre. De acordo com a autora, dificilmente ocorrerá uma tradução no sentido tradicional, e outras estratégias serão postas em funcionamento, tais como “o resumo, a paráfrase, o acréscimo e a subtração, a reformulação de acordo com as convenções da cultura-alvo, a reescrita num determinado estilo doméstico” (p. 125).²²

O fato de diferentes países terem diferentes estilos de redigir notícias também é um aspecto importante desse gênero. Enquanto os leitores britânicos esperam que as notícias sejam escritas em discurso direto, outros leitores europeus esperariam o discurso indireto. O uso de hipérboles é comum nas notícias italianas, o que contrasta com a ironia e o eufemismo ingleses. Em virtude de todas essas especificidades, fica claro que as notícias exigem uma boa carga de reformulação textual para garantir que um texto seja adequado ao público alvo.

A conclusão geral a que Bassnett chega nessa parte da discussão é que a tradução de notícias é caracterizada por estratégias de aculturação:

Independentemente de como ou onde um texto se origina, seu objetivo é que ele seja representado para um público específico, nos termos desse público. Discussões sobre a liberdade do tradutor não têm relevância alguma nesse contexto (p. 124).²³

Na opinião de Bassnett, a tradução de notícias é um gênero que parece estar em algum ponto entre a tradução e a interpretação; nela, os repórteres operam de forma

²² “(...) summary, paraphrase, addition and subtraction, reshaping in accordance with target culture conventions, rewriting in a particular house style.”

²³ “However and wherever a text originates, the objective is to represent that text to a specific audience, on their terms. Debates about the freedom of the translator do not have any relevance in such a context.”

semelhante aos intérpretes. Alinhada com a opinião de Mason sobre o desmascaramento da “ilusão da transparência” na interpretação, mas em desacordo com as recomendações do código de conduta brevemente analisado há pouco, Bassnett afirma que o intérprete, assim como o redator ou tradutor de notícias, é mais livre para mudar características do texto do que o tradutor tradicional:

O que parece acontecer nas notícias se aproxima muito mais do que acontece com textos que são transmitidos oralmente, ou seja, por meio de intérpretes. Um intérprete, traduzindo uma fala para outra língua, reformula, altera ênfases, adiciona e subtrai onde for necessário, busca manter um registro linguístico adequado, em resumo, recria uma versão para o público-alvo. Os jornalistas parecem trabalhar da mesma maneira, enfatizando a recepção do texto (p. 124).²⁴

Tudo isso pede uma reconsideração de questões metodológicas por parte dos pesquisadores em Estudos da Tradução. Embora as duas autoras não estejam falando precisamente do mesmo gênero de textos, existem aspectos convergentes importantes nos exemplos de Baker e Bassnett. Ambas afirmam que o tipo de gênero que estão tratando merece maior atenção e uma abordagem distinta. Mas existe mais um aspecto comum nos textos estudados por ambas: o personagem. De novo em cena, Saddam Hussein.

Primeiramente Bassnett analisa várias versões do “mesmo” texto: o relato de uma breve aparição de Hussein diante de um tribunal em Bagdá em 2004. O caráter confidencial da audiência tornou impossível aos jornalistas assisti-la pessoalmente, mas uma transcrição em inglês foi disponibilizada para a mídia. De acordo com Bassnett, é difícil decidir qual é o texto “original”, já que os relatos da audiência enviados para várias agências de notícias e jornais diferem consideravelmente. Em alguns casos, o texto dá um veredicto sobre quem “venceu” ou “assumiu o controle” da situação. Em outros, as palavras de ambas as partes vêm entremeadas por frases descritivas como “os olhos de Saddam faiscaram de ódio” (p. 126).

Na opinião de Bassnett, leitores ocidentais não têm ideia de como a interação se deu em árabe e se realmente Hussein “dominou a sessão”, como afirma um dos relatos. A

²⁴ “For what seems to happen to news stories comes much closer to what happens to texts that are transmitted orally, i. e. through interpreters. An interpreter, rendering a speech into another language, reshapes, alters emphases, adds and subtracts where necessary, seeks to maintain a suitable linguistic register, in short recreates a version for the target audience. News reporters appear to operate in the same way, with the emphasis on the destination of the story.”

autora enfatiza o abismo que separa a retórica política anglo-saxã daquela do restante do mundo, em especial a do Oriente Médio (2005: 126-7). Essa falta de entendimento pode gerar situações delicadas, e o que algumas vezes se considera uma estratégia de aculturação pode também produzir o efeito oposto, reforçando o caráter estrangeiro do outro cultural:

Curiosamente, dada a tendência de aculturação que prevalece no jornalismo, existe também uma convenção de deliberadamente enfatizar os elementos estrangeiros nas falas de algumas figuras políticas, uma convenção que serve não para nos tornar mais conscientes do que essas pessoas estão falando, mas sim para enfatizar a estranheza e reforçar a distância que separa o mundo ocidental dessas figuras (p. 127).²⁵

Bassnett parece reafirmar a posição segundo a qual algumas estratégias de aculturação devem ser empregadas quando as notícias viajam ao redor do mundo. Para reforçar essa idéia, ela apresenta outro estudo de caso, envolvendo mais uma vez Saddam Hussein, mas agora o texto é a transcrição de um discurso feito na televisão iraquiana e publicado em tradução no jornal britânico *The Guardian*, em 6 de janeiro de 2006. O tradutor verteu o texto literalmente, o que acabou criando uma mensagem estranha em inglês, com frases que são “algumas vezes sem sentido (...) hiperbólicas, exageradas e muitas vezes ridículas” (p. 127).²⁶

Na visão de Bassnett, a tradução literal do discurso em árabe pode dar uma idéia de uma “poderosa convenção retórica que se baseia em uma rica linguagem figurativa e está intimamente ligada ao discurso religioso (*loc. cit.*)”²⁷ que não é transmitida na tradução para o inglês. Ela argumenta que a aculturação é essencial para a divulgação de notícias e que, em contextos como o que ela descreve, a “estrangeirização é prejudicial ao entendimento” (*loc. cit.*).²⁸ Embora autores como Lawrence Venuti afirmem que a estrangeirização é a estratégia mais ética em tradução, já que seria um modo de resistir ao etnocentrismo, o contexto do jornalismo internacional deve ser orientado por uma estratégia de aculturação, de acordo com Bassnett (*loc. cit.*).

²⁵ “Curiously, given the tendency of acculturation that prevails in news reporting, there is also a convention of deliberately highlighting foreign elements in the speeches of certain political figures, a convention that serves not to make us more aware of what they are saying, but rather to emphasize their strangeness and reinforce the distance that separates the Western world from such figures.”

²⁶ “(...) sometimes meaningless [...] hyperbolic, overblown and often ridiculous.”

²⁷ “(...) powerful rhetorical convention that draws upon a rich figurative language and is closely linked to religious discourse.”

²⁸ “(...) foreignisation is detrimental to understanding.”

Sugerindo que as estratégias estrangeirizadoras de tradução no contexto da tradução de notícias podem não ser inocentes, Bassnett cita estudos feitos por Basil Hatim e Ian Mason envolvendo o inglês e o árabe que mostram como são diferentes os universos discursivos nos quais os textos nessas duas línguas são gerados. A autora também faz a interessante observação de que, conversando com colegas que falam árabe, ela constatou que discursos como o feito por Hussein na televisão iraquiana soam exóticos e estranhos até mesmo em árabe. Isso poderia nos levar a pensar que a única estratégia “honesta” seria a estrangeirização, que supostamente poderia dar aos leitores ocidentais a versão mais próxima possível do original. Mas segundo Bassnett isso não se verifica (2005: 128).

A autora conclui essa parte de seu artigo com o argumento de que as estratégias estrangeirizadoras são mais adequadas para a tradução literária e que o contexto do jornalismo global é tenso e deve ser abordado com cuidado especial:

O que parece ter acontecido (...) é que a estratégia de tradução empregada deriva de métodos literários, em contraste com a estratégia da veiculação de notícias que privilegia a aculturação, como vimos na transcrição da audiência. O resultado (...) é a criação de uma visão desconfortável e desequilibrada das pessoas consideradas como inimigas do Ocidente, cujas identidades são construídas por meio da linguagem peculiar em que suas ideias são transmitidas. Estrangeirizar nesses casos não é resistência, é uma forma de violência textual que poderia ser evitada por meio da aculturação (p. 129).²⁹

Isso nos leva a uma questão mais ampla, mas não menos delicada, a da “mídiação da política”. A expressão tem sido usada por vários autores, e o processo será apenas mencionado aqui, já que sua complexidade está além do alcance deste estudo, embora seja inegável que a questão afeta diretamente tradutores, intérpretes e mediadores que trabalham no campo do jornalismo internacional. Existe uma tendência a se pensar sobre os efeitos dos meios de comunicação de massa sobre a política, e as opiniões são bastante divergentes. Gianpietro Mazzoleni e Winfried Schultz (1999) argumentam que, embora a comunidade acadêmica mundial partilhe a opinião de que a intromissão excessiva dos meios de comunicação de massa na política tem efeitos negativos para a democracia,

²⁹ “What seems to have happened [...] is that the translation strategy employed derives from literary methods, in contrast to the news reporting strategy that privileges acculturation as we see in the court transcript. The result [...] is the creation of an uneasy, unbalanced view of people deemed to be enemies of the West, whose identities are constructed through the peculiar language in which their ideas are conveyed. Foreignising in such cases is not resistance, it is a form of textual violence that could be avoided through acculturation.”

eles acreditam que as instituições políticas, embora influenciadas pela mídia, ainda controlam os processos políticos.

Discutindo a midiaticização da política em um contexto alemão em um período de 50 anos, Jesper Strömback (2008) divide o mesmo em quatro fases, e chega à conclusão, numa perspectiva algo pessimista, de que a situação mudou nos últimos tempos. Agora não se deve interrogar sobre a independência da mídia em relação à sociedade e à política, mas sobre a independência da política e da sociedade em relação à mídia. Roman Schatz (2003) tem uma visão ainda mais pessimista, afirmando que, antes dos ataques de 11 de setembro, a mídia americana dedicava muito pouco tempo a notícias internacionais. Além disso, no pequeno espaço dedicado a outros países, as notícias se restringiam ao terrorismo e aos desastres naturais. Em consequência disso, escreve ele, “não é de causar surpresa o fato de o público ocidental saber tão pouco sobre o que acontece na África, na Ásia ou no Oriente Médio” (2003: xv).³⁰ Após os ataques de 11 de setembro, a cobertura jornalística norte-americana enfatizou a polaridade “nós” *versus* “eles”, o que não ajudou a melhorar a situação (p. xix).

Como se pode ver a partir desse breve comentário sobre a questão da midiaticização da política, a tradução faz parte de um contexto mais amplo que envolve grandes poderes políticos, diferentes culturas e o crescente efeito dos meios de comunicação de massa sobre as relações internacionais. Interações como as descritas por Baker e Bassnett parecem estar acontecendo com bastante frequência no palco internacional, e embora seja difícil definir claramente um código de conduta, provavelmente alguns concordariam com a idéia de que toda estratégia que ajude a reforçar a imagem do outro como lunático e irracional não é muito útil. O que parece indiscutível é a necessidade de mais pesquisas e discussões sobre assuntos tão sérios e urgentes.

Como lidar com o que é típico e popular

A tradução cria inevitavelmente uma representação do outro para uma cultura-alvo. Vários autores já escreveram sobre o assunto, entre eles Venuti, que apresenta exemplos da formação de identidades culturais em quatro diferentes épocas e lugares (2002). Existem

³⁰ “It should come as no surprise that the Western audience knows little about what is going on in Africa, Asia, or the Middle East.”

alguns casos em que a representação do que é típico cria alguns problemas. Em geral, a cultura descrita tem a incômoda sensação de estar sendo mal representada e descrita de uma forma redutora e caricata. Dificuldades semelhantes surgem quando se representa uma tradição popular. O significado de manifestações populares é ainda mais fluido e escorregadio do que o significado dos textos em geral, devido a uma constante recriação de práticas, discursos, gestos ritualísticos e cerimônias.

Essas tradições inevitavelmente se mesclam com outras tradições de outros lugares e países, e em geral é muito difícil definir uma origem única e incontestável. Além disso, o modo como uma cultura considera essas expressões populares é heterogêneo e muda constantemente, e pessoas diferentes têm idéias divergentes sobre elas.

Em “A translator’s dilemma” (O dilema de um tradutor), Philip Sutton relata uma situação envolvendo uma tradição popular. Em 1994, ele foi contratado para traduzir um texto da revista de bordo *Ronda Iberia*, publicação da Iberia Airlines feita em espanhol e inglês. O texto era sobre um festival popular típico de Frenedillas de la Oliva, pequena aldeia espanhola próxima de Madri. De acordo com o texto em espanhol, que Sutton estava traduzindo para o inglês, um grupo de protagonistas no festival era formado pelos “*judios o motilones*”, os termos sendo empregados como quase sinônimos. Na qualidade de tradutor, Sutton percebia a complexidade da tarefa. A representação dos judeus em uma situação grotesca poderia causar a indignação desse povo. E de fato causou, como será visto em seguida. Mas primeiro vamos seguir o raciocínio e a estratégia do tradutor.

Em relação ao problema criado pelo delicado termo *judios* nesse contexto, Sutton não encontrou uma alternativa a não ser traduzir a palavra e escrevê-la entre aspas, “*Jews*”, numa tentativa de sinalizar que se tratava de um emprego especial do termo. Mas a outra palavra, *motilones*, também era problemática. De acordo com Sutton, o termo tem uma ampla gama de significados em espanhol, mas o sentido básico é o de uma pessoa com a cabeça raspada. Sutton logo concluiu que “qualquer justaposição de judeus com cabeças raspadas logo invoca o Holocausto” (1997: 68).³¹ Para evitar essa associação, o tradutor acabou escolhendo o termo *friar* [frade], embora em termos lógicos ele contradiga *Jews*, e no texto as palavras *judios* e *motilones* sejam usadas de forma intercambiável.

³¹ “Any textual juxtaposition of Jews and cropped heads instantly conjures up the holocaust.”

A estratégia de amortecimento utilizada por Sutton evitou, em detrimento da lógica, um termo que poderia levar a uma associação infame, e ele produziu, em suas próprias palavras, um “oxímoro bastante bizarro” (p. 69).³² Na verdade, uma importante característica desse tipo de estratégia de amortecimento é que nem sempre ela é bem-sucedida. No caso de Sutton, o amortecimento oximorístico não impediu que o texto como um todo ofendesse dois membros do Simon Wiesenthal Center que voavam pela Iberia Airlines para entregar um prêmio para a Rainha Sofia da Espanha.

As duas autoridades judaicas imediatamente protestaram junto ao diretor executivo da Iberia. Um pouco depois, a publicação *Response*, do Wiesenthal Center, publicou um texto intitulado “A Fiesta que celebra o ódio”, expressando “a indignação do Centro face à divulgação da *Fiesta* da Vaca Louca, com seus estereótipos toscos e racistas” (p. 69).³³ Eles também exigiam vários tipos de retratação por parte da Iberia. Essa empresa, por sua vez, tentou explicar a eles que “não havia conteúdo antissemita nessa *fiesta*” (p. 69).³⁴ Muitas cartas foram trocadas entre a Iberia e o Centro, e, no final, a Iberia prometeu que aquilo nunca aconteceria de novo (p. 70).

Entretanto, a questão ganhou corpo quando a televisão entrou na discussão. Em uma reportagem sobre a festa da “Vaca Louca”, que foi ao ar em 1995 na rede de TV norte-americana ABC e foi cedida pelo Canal+ espanhol, imagens do festival se interpunham a imagens do holocausto, de jovens neonazistas e de sobreviventes dos campos de concentração, e o termo “antissemitismo” foi repetido várias vezes. A prefeitura de Frenesdillas imediatamente reagiu e processou tanto a rede ABC quanto o Canal+, o que por sua vez criou uma onda de atenção da mídia (p. 72).

Sutton conclui seu artigo dizendo que diferentes estratégias de leitura foram usadas por diferentes pessoas envolvidas no episódio, cada uma selecionando algumas palavras e associações e excluindo outras. Embora a diretoria da *Ronda Iberia* não constatasse qualquer elemento antissemita no festival, as autoridades judaicas o descreveram como “uma forma ignorante de puro antissemitismo” (p. 69).³⁵ No fim das contas, Sutton considera sua estratégia amortecedora de não traduzir *motilones* de um modo que pudesse

³² “A rather bizarre oxymoron.”

³³ “(...) the Center’s dismay over advertising for ‘The Wild Cow’ fiesta with its crude, racist stereotypes.”

³⁴ “(...) there was no anti-Semitic content in this fiesta.”

³⁵ “(...) an ignorant form of pure antisemitism.”

trazer associações com o holocausto como uma “batalha perdida” (p. 69),³⁶ porque o texto gerou indignação mesmo assim. Mas as reflexões de Sutton sobre o caso são valiosas para nossa discussão aqui.

Ao responder a questão sobre o papel do tradutor na prevenção de conflitos desse tipo, ele tira uma conclusão lúcida sobre o controle limitado que tradutores e também autores têm sobre a interpretação a que seus textos serão submetidos:

No caso que nos ocupou aqui, toda a retextualização do Wiesenthal Center da *fiesta* foi desencadeada pela palavra “Jews” e, mais especificamente, como vimos, pela multiplicação de seu referente, que passou a incluir o povo judeu em contextos históricos concretos e também as formas como ele é representado em festivais antisemitas (p. 75).³⁷

Refletindo sobre o incidente como um todo, Sutton se pergunta se poderia ter feito algo diferente para evitar todo o problema. Ele vê duas possibilidades. Uma delas poderia ser não traduzir a palavra *judío*, mantendo-a em espanhol na tradução inglesa, mas isso, de acordo com ele, seria o mesmo que negar que *Jews* é um equivalente inglês de *judíos*. A outra solução seria pedir ao autor ou editor que mudasse os termos no texto. Então Sutton pensa de novo em sua escolha, *friar*, e chega a uma segunda conclusão. Sua intervenção não foi inócua, já que nem as autoridades judaicas nem o canal ABC mencionaram o segundo termo durante todo o caso. Se ele tivesse traduzido *motilones* por “cabeças raspadas”, haveria ainda mais um motivo de protesto.

A história de Sutton toca em questões muito importantes relacionadas à tradução, mas para a nossa discussão aqui talvez a mais relevante seja a ideia de que o tradutor pode e deve interferir em situações que podem ter consequências explosivas. Sua estratégia de amortecimento teve um efeito limitado. De fato, a expressão “cabeças raspadas” teria provavelmente causado uma indignação até maior, mas a sugestão de que o tradutor deve discutir esses assuntos com autores e editores merece maior consideração. Se, nas últimas décadas, os Estudos da Tradução têm enfatizado, de várias formas, a ativa participação dos tradutores — estejam eles conscientes disso ou não — no texto que produzem, é importante tomar posição em situações delicadas. Algumas vezes os tradutores não tentam estabelecer

³⁶ “(...) fighting a losing battle.”

³⁷ “In the case that has occupied us, the Wiesenthal Center’s entire retextualisation of the *fiesta* was triggered by the word “Jews”, and more specifically, as we have seen, by the multiplication of its referent to include the Jewish people both in concrete historical contexts and as represented in antisemitic festivals.”

um diálogo com autores ou editores porque em princípio estão convencidos de que não serão ouvidos.

Não sabemos se esse é o caso de Sutton, mas é verdade que algumas vezes os tradutores se escondem por trás da cortina de argumentos como: “Eu apenas traduzi”, quando eles poderiam ter agido como verdadeiros mediadores. As reflexões de Sutton sobre todo o evento são, com certeza, produtivas para discussões sobre a ética na tradução, iluminando modos pelos quais tradutores, intérpretes e mediadores podem ser mais eficazes em seus papéis sociais e profissionais de trazer fatos culturais de uma cultura para outra.

Existem ocasiões, e esse é um bom exemplo delas, em que é útil analisar aspectos referentes à etimologia de uma palavra. *Tradução* deriva do particípio passado do verbo latino *transfere*: *translatus*. O significado do verbo *transfere* é “levar de um lugar para outro”. De fato, traduzir sempre implica atravessar uma fronteira; para sermos mais precisos, levar algo além dos limites de uma fronteira. Esse algo é necessariamente um produto cultural. Exatamente como acontece quando atravessamos fronteiras geográficas para entrar em outro país, existem muitas coisas, na verdade a maioria das coisas que um cidadão possui, que podem ser levadas sem nenhum problema. Mas existem algumas que precisamos declarar oficialmente que estamos levando, e há algumas poucas coisas que precisamos deixar para trás. O mesmo acontece quando cruzamos uma fronteira cultural por meio da tradução. A maioria dos textos pode ser levada sem problema algum; mas existem aqueles que precisam ser oficialmente declarados pelo que eles trazem, e outros ainda que não deveriam atravessar a fronteira.

Um texto, assim como uma tradição cultural, poderia viver em isolamento durante décadas, talvez até mesmo durante séculos, dentro de fronteiras bastante limitadas, sem causar problemas. Mas uma vez desfeito o isolamento, seja por atividades passivas, como qualquer visita originada de fora, ou por iniciativas ativas, como qualquer informação exportada que parte de dentro, uma comparação cultural é inevitável. A tradução é uma dessas iniciativas ativas que podem ter diversas consequências, e ao tradutor cabe ponderá-las.

Referências bibliográficas

- AMERICAN NATIONAL COUNCIL OF INTERPRETING IN HEALTH CARE (2005) *National Standards of Practice for Interpreters in Health Care*. <http://www.ncihc.org/mc/pagedo?sitePageId=57768&orgld=ncihc>. Acesso em 26 set. 2008.
- BAKER, Mona (1997) “Non-cognitive constraints and interpreter strategies in political interviews”. Karl Simms (org.) *Translating sensitive texts: linguistic aspects*. Amsterdam e Atlanta-GA: Rodopi.
- BASSNETT, Susan (2005) “Bringing the news back home: strategies of acculturation and foreignisation”. *Language and Intercultural Communication* 5(2), 120-30.
- HOUAISS, A. & VILLAR, M. de S. (2009) *Dicionário Houaiss on-line*. Disponível em: <http://houaiss.uol.com.br> Acesso em 2 set. 2009.
- MASON, Ian (1999) “Introduction”. *The Translator* 5(2), 147-160. (Special Issue: Dialogue Interpreting)
- MAZZOLENI, Gianpietro & SCHULTZ, Winfried (1999) “Mediatization of politics: a challenge for democracy?” *Political Communication* 16, 247–261.
- SCHATZ, Roman (2003) “Foreword” Danny Schechter, *Media wars: news at a time of terror*. New York: Rowman & Littlefield.
- STRÖMBACK, Jesper (2008) “Four phases of mediatization: an analysis of the mediatization of politics”. *Press/Politics* 13(3), 228-246.
- STURGE, Kate (1997) “Translation strategies in ethnography”. *The Translator* 3(1), 21-38.
- SUTTON, Philip (1997) “A translator’s dilemma”. Karl Simms (org.) *Translating sensitive texts: linguistic aspects*. Amsterdam and Atlanta-GA: Rodopi.
- VENUTI, Lawrence (2002) *Escândalos da tradução*. Trad. de Laureano Pellegrini et alii. Bauru: Edusc.